

Ajuste fiscal e crescimento: desafios do Real

Plano faz seis anos hoje, com inflação em um dígito e dívida com geração de empregos

Flávia Oliveira

• RIO e BRASÍLIA. O mais bem-sucedido plano de estabilização já adotado no Brasil completa hoje seis anos. A inflação, que em junho de 1994 chegava a 45%, está em um dígito ao ano desde 1996. Consolidada a vitória na guerra contra a escalada dos preços, segundo os economistas, o Governo agora se depara com o desafio de manter o ajuste fiscal e garantir a retomada do crescimento. Esses são os dois instrumentos que vão viabilizar os investimentos na área social e a geração de empregos no país.

— Daqui para frente, as metas são: ajuste fiscal permanente, estímulo ao crescimento e às exportações, investimento em capital humano e desenvolvimento tecnológico — enumera Paulo Levy, chefe do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Faria: "Real não funcionou como plano de crescimento"

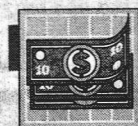
Setenta e dois meses e algumas crises após a implantação do plano, os especialistas constataam que a queda da inflação já não basta à população. Faltam crescimento econômico e emprego, salienta o economista Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A despeito da queda geral dos preços, nos dois últimos anos o Produto Interno Bruto (PIB) se manteve estagnado. O desemprego avançou dois pontos percentuais e se mantém no maior patamar já registrado em 17 anos. O rendimento real dos assalariados está em queda desde 98.

A economia em seis anos de Real



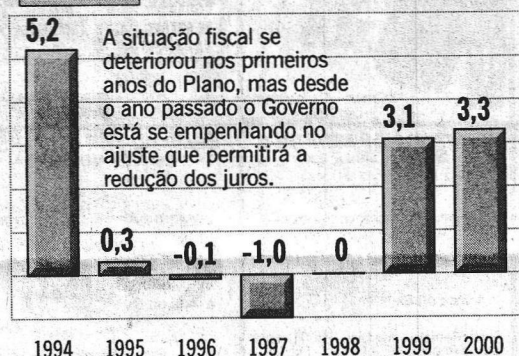
INFLAÇÃO

A queda da inflação é o lado mais visível do sucesso do Plano. As taxas estão abaixo de um dígito desde 1996. Antes do Real, os índices superavam 40% ao mês.



SUPERÁVIT PRIMÁRIO

% do PIB

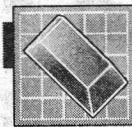


— O Real foi consistente como plano de combate à inflação, mas não funcionou como programa de crescimento. O Governo precisa de um novo projeto nessa área — constata o economista da FGV.

A balança comercial é outra das decepções do Plano. Já no primeiro ano do Real, o superávit de US\$ 10 bilhões no comércio exterior deu lugar a sucessivos déficits. No ano pas-

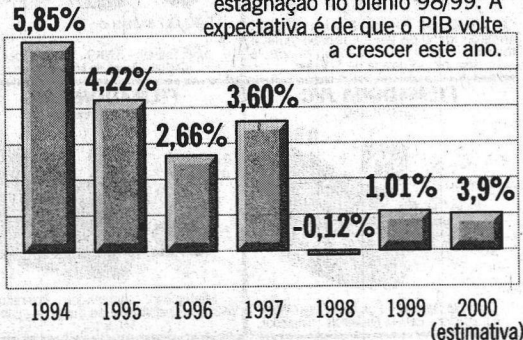
sado, com a desvalorização de 32% da moeda nacional, o Governo chegou a prever saldo positivo no mesmo nível de 1994. Mas houve déficit de US\$ 1,2 bilhão. Em 2000, a expectativa é de que as exportações superem as importações em US\$ 3 bilhões.

Dos bons resultados no comércio exterior dependem as contas externas do país, que desde a implantação só fe-



PIB

O crescimento acelerado dos primeiros anos contrasta com a estagnação no biênio 98/99. A expectativa é de que o PIB volte a crescer este ano.



DESEMPREGO

Em 2000, média de janeiro a maio



Há três anos, o desemprego se mantém no patamar mais alto da história. A retomada do crescimento deve aumentar a geração de empregos e reduzir a taxa.

eram nos investidores a desconfiança que impede uma queda mais intensa da taxa de juros. Para se ter uma idéia, em seis anos, a dívida interna do país saltou de R\$ 117,3 bilhões em julho de 94 para R\$ 536,1 bilhões em abril deste ano. O crescimento foi de 457%.

Economista diz que relação dívida/PIB tem de cair

Por isso, o economista Fábio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acha que, nos próximos anos, o país deve continuar comprometido com o ajuste fiscal e com a redução na relação entre a dívida pública e o PIB.

— O ideal seria uma queda gradual, mas se estabilizarmos a conta será um bom começo — diz Giambiagi.

Três meses atrás, o economista concluiu um estudo em que listou dez fatores necessários ao equilíbrio fiscal nos próximos anos. As medidas passam pelo crescimento econômico, aumento das exportações, redução da carga tributária e também formas de compensação para a queda na arrecadação esperada para os próximos anos. Segundo ele, até o fim de 2002, o resultado primário do Governo (receita menos despesas correntes) vai cair 2,5%, em consequência do fim das arrecadações extraordinárias, como CPMF.

— Estamos na direção certa, mas o desafio é continuar nessa direção de equilíbrio fiscal e retomada do crescimento. E o compromisso tem de ser não apenas desse Governo, mas do próximo — diz o economista. ■

Tamanha necessidade de financiamento externo aliada ao valor exagerado da dívida pública — que desde o ano passado está em 47% do PIB —